



**PROJETO DE LEI Nº**  
**(Do Sr. Deputado KIKO CELEGUIM)**

Dispõe sobre a transferência da União aos municípios de valor correspondente a parte da redução em 2024 das quotas partes do salário-educação resultante do julgamento pelo STF da ADPF nº 188.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. No exercício de 2024, a União transferirá aos municípios, nos termos desta lei e de ato do Ministro de Estado da Fazenda, o valor correspondente aos seguintes percentuais da diferença, se positiva, entre os valores creditados a título de quota-parte do salário-educação de que trata o § 1º e seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, no exercício de 2023, e os valores creditados a esse título no exercício de 2024:

I - 60%, no caso dos municípios cujo Produto Interno Bruto – PIB *per capita* estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2020 se situar abaixo do quintil inferior do PIB *per capita* dos municípios que receberão transferências da União de acordo ao disposto no caput;

II - 40%, no caso dos municípios cujo Produto Interno Bruto – PIB *per capita* estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2020 se situar acima do quintil inferior e abaixo da mediana do PIB *per capita* dos municípios que receberão transferências da União de acordo ao disposto no caput;

III - 20%, no caso dos municípios cujo Produto Interno Bruto – PIB *per capita* estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2020 se situar acima da mediana do PIB *per capita* dos municípios que receberão transferências da União de acordo ao disposto no caput.





## JUSTIFICAÇÃO

Como resultado do julgamento pelo STF da ADPF nº 188 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), haverá alteração na distribuição dos recursos das quotas destinadas aos estados, DF e municípios. A distribuição, que atualmente ocorre proporcionalmente às matrículas da educação básica pública e ao valor da arrecadação da contribuição social do salário-educação realizada no âmbito de cada estado, passará a ocorrer, seguindo o comando constitucional, considerando tão somente a proporção entre as matrículas de cada rede de ensino e o total das matrículas da educação básica pública, aplicada sobre a arrecadação observada em âmbito nacional. Com isso, independentemente do estado em que ocorra, para cada matrícula será destinado o mesmo valor do salário-educação. Serão assim beneficiadas as regiões mais necessitadas do país, que passarão a receber mais recursos dessa origem a partir de 2024.

Não obstante o mérito da alteração, que contribui para a redução das desigualdades regionais, deve-se apontar que mesmo em estados em que o PIB *per capita* é relativamente mais elevado, e que terão a quota-parte do salário-educação reduzida em virtude da citada decisão, existem municípios mais pobres, em que grande parte da população é de renda baixa. Nesses municípios, a parcela da arrecadação constituída pelas transferências do salário-educação é relativamente mais importante para as finanças municipais do que nos municípios mais ricos, e a redução abrupta e substancial da quota-parte provocada pela decisão, em certos casos superior a 50%, levará a uma queda relevante dos recursos destinados à prestação de serviços à população, em particular na educação, cuja melhoria o dispositivo constitucional justamente busca promover.

Para mitigar o impacto da alteração sobre as finanças desses municípios, propõe-se com este projeto definir 2024 como um ano de transição em que a redução das quota-partes do salário-educação seria parcial, e caindo menos para os municípios mais pobres. Para isso, nesse ano a União transferiria aos municípios cujo PIB *per capita* coloca entre os 20% mais pobres dentre aqueles que terão a quota-parte reduzida, 60% da perda de arrecadação do salário-educação em 2024 em relação aos valores





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Kiko Celeguim - PT/SP**

recebidos em 2023; 40% àqueles cujo PIB per capita coloca entre os 20% e 50% mais pobres; e 20% das perdas aos demais municípios. Dessa forma, a compensação será maior para os municípios em que a queda da arrecadação provocaria maior impacto negativo, mitigando sua perda de arrecadação no ano de 2024 para que nele possam se adaptar à alteração sem afetar sua capacidade de prestar serviços à população.

O custo da medida é estimado em R\$ 817 milhões, a serem incorporados como dotação na Lei Orçamentária Anual de 2024. Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2023

**Deputado KIKO CELEGUIM**  
**PT/SP**

Apresentação: 01/12/2023 17:17:48.367 - MESA

PL n.5827/2023

